

Trapaça do governo: 2045 com roupa nova para manter o arrocho

Tribuna Operária
PC do Brasil propõe:
**Governo provisório
para sair da crise**



Com a tiragem recuada de 102 mil exemplares, saiu a edição especial da TO com a palestra de J. Amazonas na Assembleia Legislativa gaúcha

Dieese mostra aumento

Dados do Dieese mostram: com o aumento de 246,4% na cesta básica de alimentos, o salário mínimo atual não chega nem para alimentar um homem. pag. 3

Preços médios dos 12 produtos essenciais

Produtos	Setembro 1982 (Cr\$)	Setembro 1983 (Cr\$)	Aumento (%)
1 quilo de carne	822,24	2.288,97	267,9
1 litro de leite	63,00	165,00	161,9
1 quilo de feijão	141,05	1.014,76	619,4
1 quilo de arroz	140,39	445,21	217,1
1 kg de farinha de trigo	78,14	282,55	261,6
1 quilo de batata	71,00	499,00	602,8
1 quilo de tomate	121,94	259,11	112,5
1 quilo de pão	163,23	480,87	194,6
1 quilo de café em pó	781,18	1.687,50	116,0
1 dúzia de bananas	78,58	286,03	248,0
1 quilo de açúcar	95,00	197,00	107,4
1 quilo de banha	331,74	1.150,53	246,8
1 quilo de manteiga	998,76	1.839,75	84,2

Figueiredo anunciou que quer um "diálogo" para mudar o odiado decreto 2.045 — mas só na forma, pois, diz ele, "os objetivos da política adotada têm que permanecer". O governo procura desta forma impedir que o decreto da fome seja derubado no Congresso — o que era dado como certo — mudando a forma para manter o conteúdo do arrocho salarial. Pág. 3

Saqueadores de S. Paulo: "Não vamos passar fome"



Entrevista exclusiva com as mulheres, homens e crianças da Favela do Jardim Robru, que contam por que e como saqueiam supermercados. Pág. 8

Conversa fiada

Em linguagem militar, o general Figueiredo foi à televisão para tentar uma manobra diversionista. Apresentou-se com fala mansa, acenou com a possibilidade de "reexaminar" o decreto 2.045 e concluiu apelando para que todas as forças políticas unam-se ao governo para encontrar medidas adequadas à gravidade da situação. Disse ainda que neste momento a questão da sucessão presidencial passa a segundo plano.

Mas ninguém é tolo para cair nesta conversa fiada. Nem o próprio presidente acredita no que diz. Enquanto de público promete o debate, nas conversas reservadas com políticos do seu partido, declara: "No começo pensei em fazer algo com a colaboração do Congresso. Agora vejo que é impossível". E reafirma: "Não troco o Ministério. Sou teimoso". No próprio discurso na TV, embrulhado com as promessas de ouvir todas as opiniões, diz que "os objetivos da política adotada têm de permanecer". Ou seja, sua proposta real é mudar qualquer coisa desde que fique do mesmo jeito.

Em relação à afirmação de que a sucessão passa para segundo plano e que todos devem se unir ao governo, parece até piada. Mais do que a sucessão, o que está na ordem do dia é o afastamento imediato de Figueiredo e a liquidação do regime militar. Tal força tem esta questão o presidente. Ele já admitiu que por perder o controle da sucessão pode "largar o partido e a coordenação" e inclusive que pode renunciar, "largar tudo e voltar para casa". E mais: desesperado com as tramas direitistas dentro do próprio sistema ameaçou: "Só sairei daqui morto". E ainda tem coragem de declarar que a sucessão fica para depois! Nestas horas o que faz falta é mesmo um Juruna

para dizer as verdades que todos estão pensando.

Se até generais que não vacilaram em usar toda brutalidade para defender este regime hoje entram em atrito com o governo, não serão as forças democráticas e o povo que vão se sujeitar colaborando no retoque à orientação antinacional e antioperária a pretexto de torná-la mais flexível. O que está em pauta para o povo não é reformar a fome e a miséria mas por fim a esta situação calamitosa.

Logo de aderir ao governo, a primeira presidência é enterrear este defunto. E mudar radicalmente os objetivos e os métodos da política econômica. Os decretos do arrocho só podem merecer a cabal rejeição de todas as forças democráticas e populares, assim como todos os acordos e ordens do FMI, que o general Figueiredo quer agora retocar.

O povo diz que o morcego chupa o sangue e abana para a vítima não sentir. Mas nem como abano o discurso do presidente serve. Nesta hora de grande tensão, não faltarão os conciliadores que derramarão elogios à boa vontade do presidente. Isto já aconteceu outras vezes, quando Figueiredo prometeu apurar o crime do Riocentro, até hoje sem resultado.

Quando prometeu buscar o consenso na escolha do seu sucessor e em outras manobras demagógicas. Mas isto é próprio da oposição burguesa, sempre disposta a aceitar as ofertas dos poderosos, por mais demoralizadas que sejam.

Como sempre acontece, os conciliadores vão buscar explicação para sua atitude na direita mais furiosa, que age pelo outro lado, pregando medidas de emergência e outras, criadas pelo regime. Uns e outros no fundo servem a perpetuação da opressão sobre o povo e não têm nenhuma perspectiva para enfrentar a crise.

Ato público pela LEGALIDADE do PC do BRASIL



dia 28 de outubro,
19h 30 Assembleia Legislativa de SP

Montoro inaugura água e luz na vila 1º de Outubro

Vitoria após décadas na terra. Pág. 4

Greve geral pára a Argentina pela 3ª vez este ano.

A adesão foi total. Veja na pag. 2

Generais presos por falar em corrupção

Os presos, Leo Etchegoyen e Ari Fiuza, são conhecidos direitistas. Pág. 3



Índios Pataxo: armados, eles tentaram retomar as terras de seus avós, a polícia impediu

Fracassa tentativa de cassar cacique Juruna

O fiasco da tentativa de Figueiredo e o drama dos índios Pataxo, assunto do discurso que quase custa o mandato de Juruna, na página 4.



O NOSSO AMIGO AQUI JÁ ESTÁ PROVIDENCIANDO OUTRO 2045 PARA NÓS.

A iminência da III Guerra

À medida que se aproxima a data marcada para a instalação de centenas de mísseis nucleares Cruise e Pershing na Europa Ocidental, as superpotências imperialistas tornam mais real o perigo de uma nova guerra. E até mesmo a China de Deng Xiaoping agora entra firme na dança, como parceira declarada de Reagan.

O mundo hoje mais parece uma gigantesca bomba relógio, armada com mais de 50 mil ogivas nucleares que dão uma capacidade destrutiva de cerca de 4 toneladas de dinamite por habitante do globo. A instalação dos 572 mísseis nucleares na Alemanha Ocidental, Grã Bretanha, Itália, Bélgica e Holanda dará ao imperialismo norte-americano a capacidade de atingir o coração da União Soviética em menos de 5 minutos.

As superpotências aceleram seus preparativos para a guerra. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres anunciou que os gastos militares em 1982 chegaram ao recorde de 800 bilhões de dólares. Segundo o Instituto, os EUA aumentaram seus gastos militares em 12% nos últi-



Desfile militar na União Soviética

mos cinco anos, e a URSS aumentou 6%. Isto quando as economias de ambos os países vivem profunda recessão. Neste contexto, falar em "negociações de paz e desarmamento" parece até piada...

O belicismo ianque ocupa lugar de destaque. Aproveitando a comoção e tensão internacional provocada pela derrubada do boeing sul-coreano, o Congresso liberou verbas extras para o desenvolvimento dos mísseis nucleares MX, e

aprovou um orçamento militar trilionário para os próximos anos. As despesas oficiais dos EUA com armamentos chegaram agora a 10% do Produto Nacional Bruto do país (2 trilhões, 626 bilhões, 100 milhões de dólares em 1980).

O imperialismo norte-americano trata de desmontar os impelidos ao seu curso guerreiro. Depois do vergonhoso incidente de negar o acesso do chanceler Gromyko à Assembleia Geral das Nações Unidas, o governo dos EUA cortou drasticamente as verbas para a manutenção da Organização em 500 milhões de dólares nos próximos quatro anos. A senadora Nancy Kassenbaum justificou, arrogante: "os contribuintes norte-americanos estão cansados de serem anfitriões de inimigos e críticos estrangeiros".

Um estudo da Força Aérea ianque, chamado Air Force 2000, aponta para a iminência de uma guerra atômica prolongada. Sugere que as superpotências evitem o conflito em seus territórios e concentrem-se numa "guerra nuclear em território neutro". E resalta que os locais mais prováveis estão a cerca de 30 graus da linha do

Equador, numa referência implícita ao Oriente Médio, América Central e Sudeste Asiático. E é justamente aí que os EUA atacam as chamas da guerra, com sua recente ameaça na Organização dos Estados Americanos de que "não tolerarão novos ataques da Nicarágua" contra qualquer país da América Central, e com sua crescente participação nos combates do Líbano. Por essa mesma razão Reagan visitará o Japão e a Coreia do Sul em novembro para tratar da instalação de novos mísseis nucleares.

SEM PRECEDENTES

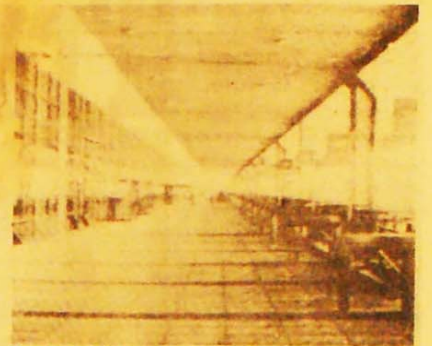
Mas o recente conflito no Oriente Médio revela por outro lado que os dirigentes revisionistas da URSS também se alinham para o confronto. Os soviéticos alimentam agora uma postura ofensiva dos seus aliados sírios nos combates do Líbano, ao contrário do que fizeram quando esse país foi invadido por Israel em 1982. Pela primeira vez o presidente Yuri Andropov interveio pessoalmente na polémica sobre a queda do boeing sul-coreano, na semana passada, acusando os EUA e dizendo-se preparado para a guerra. Uma declaração sem precedentes, pois Andropov buscava manter uma imagem de "moderado" e "flexível" nas negociações. Em seguida o governo organizou em todo o país manifestações que mobilizaram 70 milhões de pessoas, contra a instalação de mísseis Cruise e Pershing-2 na Europa Ocidental. Oficialmente eram manifestações "pela paz". Mas o recado era claro: se os mísseis forem instalados, a URSS ameaça com a guerra. O país gasta mais de 15% de seu PNB em armamentos.

NAMORO CHINÊS

E a China arqu-revisionista de Deng Xiaoping, que buscava apresentar um perfil mais "independente" no confronto entre URSS e EUA, muda novamente de postura. Pequim chegou mesmo a ensaiar um namoro com Moscou, em especial depois da morte de Brejnev. Suas relações com Washington ficaram estremecidas pela reaproximação de Reagan com o governo de Formosa. Mas agora a Casa Branca se esforça por recompor sua aliança com a China e impor um cerco estratégico da URSS através do vixo Washington-Tóquio-Pequim. Reagan irá à China em abril. Antes porém o premier chinês, Zhao Ziyang, irá a Washington, em janeiro. A China comprará amplo material bélico e aparelhos tecnologicamente sofisticados para modernizar suas Forças Armadas. Este país é a terceira potência nuclear do mundo, com 350 artefatos, embora bem atrás dos EUA e da URSS, com 9.200 e 5 mil respectivamente, segundo dados de há dois anos. (Luis Fernandes).



Manobras do OTAN na Europa e o Exército chinês, que agora terá armas norte-americanas.



Terminal rodoviário de Buenos Aires, deserto.

Greve Geral pára 100% da Argentina

No dia 4 de outubro a Argentina parou. Pela terceira vez em menos de um ano os trabalhadores desancelaram com sucesso uma greve geral. As duas grandes centrais sindicais do país — a CGT — Azopardo e a CGT-República Argentina — lideraram 10 milhões de grevistas, parando praticamente 100% da economia do país.

A nova jornada de luta dos trabalhadores argentinos se deu num momento de instabilidade política, a três semanas das eleições gerais.

A reivindicação central é o aumento do salário mínimo de 1.600 pesos (98 mil cruzeiros) para 3 mil pesos (180 mil). O pano de fundo é o caos que se instalou na economia, com 350% de inflação e dívida externa de 40 bilhões de dólares.

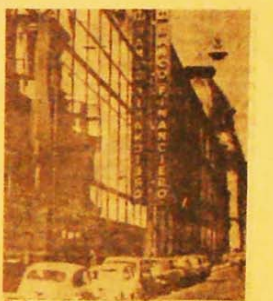
A situação de virtual falência se agrava com o entreguismo. Os ministros portenhos têm aceitado vergonhosas imposições do capital financeiro internacional.

Para viabilizar a renegociação de parte de sua dívida, os ministros da área econômica acabam de modificar a lei de falências do país. Antes se uma empresa falisse os credores nacionais teriam que ser os primeiros a receber, só depois os estrangeiros. Pela nova lei o que acontece é o contrário.

O regime militar de Buenos Aires enguliu um acordo onde os bens de qualquer empresa pública podem ser executados pelos credores internacionais para compensar o não pagamento de parte da dívida. Tal como no Brasil, a soberania argentina está sendo arrebentada.

DIVISÃO ENTRE OS MILITARES

Estas condições impostas para o refinanciamento da dívida externa agravaram



Todos os bancos fecharam

ainda mais a divisão entre as três Forças Armadas da junta militar. A Força Aérea não aceitou os termos do Acordo. Quando o Presidente do Banco Central, Julio Gonzales del Solar, voltou de Washington na segunda feira, ele acionou o Juiz Frederico Pinto Kramer, da longínqua Rio Gallegos, para emitir uma ordem de prisão imediata do "Pastore Argentino", e o governo não pôde fazer nada contra a prisão.

Voltam a circular os boatos de golpe, mas os militares estão isolados e desorientados, sem respaldo para uma aventura golpista. A desmoralização é tanta que os generais fascistas não conseguiram sequer formar um partido para concorrer às eleições presidenciais. Se limitaram a aprovar uma lei que aumenta a intervenção da polícia e das forças de segurança na vida política nacional. E neste clima que o povo argentino se prepara para as eleições de 25 de outubro.

Os comunistas saúdam Enver Hoxha

Por ocasião do 75º aniversário do dirigente do Partido do Trabalho da Albânia, Enver Hoxha, João Amazonas enviou uma saudação de felicitações em nome dos comunistas do Brasil. Eis a sua íntegra:

"Querido camarada Enver Hoxha — No dia 16 de outubro completareis 75 anos de existência — uma vida inteiramente dedicada à libertação do povo albanês, à nobre causa do comunismo.

"Esta data é motivo de alegria para os marxistas-leninistas de todo o mundo, que vêm na figura do camarada Enver Hoxha a mais alta expressão, nos dias atuais, das ideias grandiosas do socialismo científico. Todos admiramos e compreendemos o imenso valor da obra que realizastes em prol da emancipação da classe operária e da afirmação da nação albanesa.



Enver Hoxha, fundador e dirigente do PTA

servastes firmemente em vossas mãos a bandeira invencível do marxismo-leninismo. Apoiado na teoria dos mestres eminentes do proletariado, abrindo caminhos novos, vencesstes passo a passo os inimigos abertos e disfarçados do comunismo, desenvolvendo a doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Inestimável é a contribuição que destes no campo da teoria e da prática à construção do socialismo na Albânia. Sem dúvida são os povos que fazem a História. Mas o fazem estreitamente ligados a um partido de vanguarda e aos seus dirigentes fiéis à revolução, comprovados na luta. Precisamen-

te você, camarada Enver, e o seu partido, o PTA, colocaram-se à frente do povo albanês na façanha heróica da libertação nacional, na gesta gloriosa da construção do socialismo. Você, camarada Enver, é respeitado e querido pelos camiloneses e pelos trabalhadores de todos os países por haver demonstrado na prática ser o melhor intérprete das profundas aspirações das massas populares, por ter sido inflexível nas batalhas de classe contra o odioso sistema capitalista, um defensor intransigente dos princípios que norteiam a marcha do proletariado para o seu objetivo final — a edificação da sociedade comunista. Quantos perigos, quantas ciladas surgiram no caminho do povo albanês nestas quatro décadas de luta revolucionária! Mas a Albânia triunfou, o socialismo venceu! O camarada Enver foi o inspirador, o organizador talentoso dessas magníficas vitórias. Vosso nome e vossa obra estão indelutavelmente ligados às grandes conquistas do socialismo na Albânia.

E unidos também, inseparavelmente, aos êxitos do revisionismo mundial no combate ao revisionismo contemporâneo. Foi você, camarada Enver, o primeiro a verberar a conduta contra-revolucionária dos dirigentes chineses e a desmascarar o falso marxismo do pensamento Mao Tseung. E foi ainda você, camarada Enver, um dos primeiros a revelar o caráter traiidor do titoísmo iugoslavo, que a serviço da reação e do imperialismo, procurava confundir as fileiras do proletariado revolucionário.

"Por tudo isso, os verdadeiros comunistas de todos os Continentes cerram fileiras na defesa da Al-

bânia Socialista, unem-se compactamente ao Partido do Trabalho e ao seu grande chefe, o camarada Enver Hoxha.

"Querido camarada,

"Os comunistas brasileiros consideram você e o PTA seus melhores e sinceros amigos. Desde os primeiros momentos da nossa luta contra os revisionistas e pela reconstrução marxista-leninista do Partido Comunista do Brasil contamos com o apoio desinteressado e fraternal dos albaneses. Esse apoio foi e continua a ser um grande alento à luta pela emancipação nacional e social dos trabalhadores e do povo brasileiro. Forjou-se, assim, no decorrer destes vinte e um anos de reorganização partidária uma sólida e indestrutível amizade que une o PC do Brasil e o Partido do Trabalho da Albânia. Você, camarada Enver, foi dos principais artífices dessa amizade e união, e amizade que muito prezamos e das quais nos orgulhamos.

"Na data do vosso 75º aniversário, camarada Enver, temos o pensamento voltado para o exemplo valioso da vossa atuação revolucionária. Ela nos ensina a ser fiéis à classe operária, ao marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário. Estimula-nos a avançar confiantes no sentido de tornar vitoriosa a causa redentora do comunismo.

"Receba camarada Enver nossas felicitações pela passagem do seu aniversário, juntamente com os votos que fazemos, de todo o coração, para que tenha uma longa vida, plena de alegrias, de realizações, de trabalho fecundo pelo bem do povo albanês e dos trabalhadores de todo o mundo."

Assine e apóie a Tribuna Operária

"Em termos nacionais a Tribuna Operária tem dado um noticiário que os jornais da chamada grande imprensa limita, não esclarece. O jornal informa e dá suas opiniões sobre a situação de miséria dos trabalhadores do campo e da cidade, dos absurdos que cometem o governo e os patrões e também das lutas do proletariado contra tudo isto. E um jornal dos trabalhadores. Aconselho os companheiros para que assinem a Tribuna Operária.

Antonio Massena, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Amazonas.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária

- () Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 10.000,00
- () Anual Comum (52 edições) Cr\$ 5.000,00
- () Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 5.000,00
- () Exterior, anual Cr\$ 2.500,00

70 dólares

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista São Paulo, SP - CEP 01318

Nome:
 Endereço:
 Cidade: Estado: CEP:
 Profissão: Data:

Figueiredo muda a roupa do decreto do arrocho salarial



Amazonas: saída da crise só virá com o fim do regime militar

Amazonas fala no Congresso sobre a crise

Trinta e sete anos depois de ter participado dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946, o veterano dirigente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, voltou ao Congresso Nacional. Na semana passada, Amazonas esteve durante três dias em Brasília, apresentando as propostas dos comunistas para a saída da crise que vive o Brasil.

Durante sua passagem pelo Congresso, Amazonas conversou com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; com o líder do PMDB, Freitas Nobre; com o secretário-geral Francisco Pinto; e com os líderes Bocaiuva Cunha, do PDT; Eduardo Suplicy, do PT; Gastone Righ, do PTB; e com um grupo de aproximadamente 20 deputados. Nesses encontros, o dirigente comunista defendeu a necessidade de um amplo movimento de massas em defesa da democracia e contra o regime militar. Deixou claro que, do ponto de vista dos comunistas, a única saída verdadeiramente definitiva para a crise atual só virá com a derrubada do governo militar. Amazonas defendeu, também, junto a esses líderes, que o seu entendimento, o melhor caminho em direção à democracia é a formação de um governo provisório que represente as forças populares, patrióticas e democráticas.

Podem sentir-se uma ampla receptividade dos líderes políticos às propostas apresentadas por Amazonas, bem

como à campanha em defesa da legalidade do PC do Brasil, apoiada por todos os partidos de oposição. O vice-líder do PMDB, de plantão em plenário, Lélcio de Souza (RS), registrou a presença do dirigente comunista no Congresso Nacional. Lembrando que Amazonas é uma veterano dirigente do PC do Brasil, fundado em março de 1922 e reorganizado em 1962, o deputado gaúcho qualificou-o de "eminente brasileiro, patriota e idealista". Em nome da liderança do PMDB, afirmou: "Ao registrar a presença do veterano dirigente, o PMDB faz a reafirmação das suas posições em prol da ampla democratização do processo de organização político-partidária da sociedade brasileira". Também o líder do PDT, deputado Bocaiuva Cunha, registrou sua presença no Congresso.

Depois das visitas, o líder comunista deu entrevista coletiva no Comitê de Imprensa da Câmara. Nela voltou a explicar a oposição do seu partido diante da crise e detalhou como o PC do Brasil pretende desenvolver a luta pela sua legalidade: "A conquista da legalidade de nosso partido será uma vitória da democracia no Brasil. Nós não pretendemos nos ajoelhar diante dos poderosos para pedir a legalização, como fazem algumas organizações. Nosso objetivo é organizar um amplo movimento popular que leve a uma legalização tácita de nosso partido. O ato formal de legalização só virá com a vitória da democracia". (da sucursal).

"Determinei o reexame das medidas adotadas em julho passado" — afirmou Figueiredo quarta-feira à noite, em cadeia nacional de rádio e televisão. As "medidas" são as do decreto 2.045, mas os trabalhadores não se alegraram logo a seguir o general disse que os "objetivos da política adotada (ou seja, o arrocho dos salários) têm de permanecer.

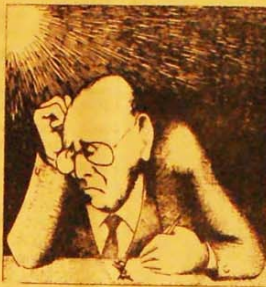
A súbita disposição de Figueiredo para o "diálogo" sobre o 2.045, além de falsa e demagógica tem motivos inconfessáveis mas evidentes. O decreto da fome, que corta em 20% os reajustes salariais em todas as faixas, já estava condenado à morte desde a derrubada de seu irmão mais velho, o 2.024, no Congresso Nacional. Deputados e senadores, tanto das oposições como de uma ala considerável do PDS, não faziam nenhum segredo disso.

No âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul já havia lavrado várias sentenças desconsiderando solenemente a existência do famigerado decreto. Mais recentemente, com a greve dos canavieiros de Pernambuco, o 2.045 recebeu outro golpe: a Justiça do Trabalho fixou um reajuste de 100% do INPC.

Mais ainda: deputados do próprio partido governista já haviam organizado uma certa "Comissão dos 11" visando propor "alternativas" para o decreto — considerado irremediavelmente fadado à lata de lixo. Isto não falava de indignada pressão dos trabalhadores e seus sindicatos.

UMA SOLUÇÃO DELFINIANA

Diante disso, o general Figueiredo reverteu, quarta-feira, à tática já levantada por seu ministro



do Planejamento e amigo do peito, Antonio Delfim Netto. Com seu tradicional cinismo, Delfim já adiantara que o 2.045 pode ser substituído por outras medidas, "desde que o efeito seja o mesmo", o que poderia ser feito por meio de um novo decreto-lei.

A hipocrisia da proposta fica patente para qualquer observador sério. Figueiredo fala em "distribuição mais equânime dos inevitáveis sacrifícios que a política de combate à inflação acarreta". Vejamos, então, um exemplo ainda fresco dessa "equanimidade": no mesmo dia em que o Conselho de Segurança Nacional anunciou com toda pompa o arrocho dos salários via decreto 2.045, tornou público também medidas de contenção dos juros, que teoricamente afetariam os banqueiros. Porém logo em seguida as medidas para baixar os juros foram engavetadas, enquanto o achatamento salarial entrava em pleno vigor.

AS ORDENS DOS GRINGOS

Ao propor o "diálogo" em torno das medidas de julho, a administração Figueiredo busca levar à prática as ordens do Fundo Monetário Internacional. Todos se recordam das recentes e afrontosas

Dieese demonstra que o salário é de fome mesmo

"O salário mínimo não dá nem para comer". Esta a conclusão a que chegou o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), baseado num levantamento de preços que evidencia que o atual salário mínimo, de Cr\$ 34.776,00, já não é suficiente para comprar os 13 produtos considerados como ração mínima essencial para um trabalhador adulto sobreviver. Segundo o estudo, em setembro de 1983, pela primeira vez na história, o custo total da ração essencial mínima superou o valor do salário mínimo. Enquanto o salário mínimo permanece em Cr\$ 34.776,00 o custo da ração já atingiu Cr\$ 35.349,45", afirma o Dieese.

O levantamento também comprova que, como o preço dos alimentos básicos está acima do salário de mais de 20 milhões de trabalhadores, "uma jornada de 240 horas mensais já não é suficiente para cobrir os seus custos. Um trabalhador de salário mínimo, para comprar seus alimentos básicos, em setembro de 1983 precisa trabalhar 243 horas e 58 minutos. Em setembro do ano passado precisava trabalhar 147 horas e 29 minutos; e no mesmo mês de 1959 bastavam 67 horas e 7 minutos".

Segundo cálculos do órgão que presta serviços aos Sindicatos, o salário mínimo previsto na Constituição, que considera não apenas o trabalhador mas também a sua família, deveria ser de Cr\$ 220.477,23. O Dieese afirma que, somente para os gastos com alimentação, uma família de quatro pessoas (casal e duas crianças) precisava em setembro de Cr\$ 106.049,55 e lembra que alimentação representa 48,1% das despesas domésticas de uma família cujo trabalhador ganhe menos de três salários mínimos.



Cr\$ 34 mil não dá para a comida

pressões vindas do presidente do FMI, Jacques de Larosière, do secretário do Tesouro americano, Donald Regan, e outros porta-vozes do capital financeiro mundial: ou o Brasil obedece ao Fundo, ou "desaparece pelo ralo".

E quais são as ordens do Fundo? Basicamente elas consistem em pagar a dívida externa aos usuários imperialistas, custe o que cus-

tar. O decreto 2.045 seria uma maneira de arrancar dos trabalhadores brasileiros esse dinheiro. Naturalmente há outras, sempre com o mesmo cerne político — de arrancar dos de baixo para pagar a dívida. É uma dessas formas derivadas que Figueiredo tentará "negociar" nos próximos dias, contra a vontade expressa da maioria imperialistas, custe o que cus-

Generais presos por falar da corrupção de Delfim

Confusa, a população lê nos jornais: General Leo Etchegoyen preso seis dias. E depois: General Fluzza preso por dois dias. Dois expoentes do regime militar e direitistas raivosos, na cadeia. E, quem mandou prendê-los? O próprio regime militar que continua, embora cambaleante, mandando e desmandando no país. Afinal, o que está acontecendo?

Trata-se de uma "briga de brancos". O mar de lama da corrupção e entreguismo está agitado, e as prisões desses militares são reflexo desse "maremoto". Os fatos: Está instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Divisão Externa, presidida pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR). E, em se falando de dívida externa brasileira, a corrupção não poderia estar ausente. Não demorou muito para que um documento escrito em 1976, conhecido como Relatório Saravia, fosse aventado

na dita CPI. O autor, coronel Raimundo Saravia Mateus, ao depor no Congresso confirmou sua existência. Em 1976 Saravia era adido militar em Brasília na França: "Eu me sentia envergonhado pelo fato de a Embaixada do Brasil (em Paris) ser conhecida como 'embaixada da 10%' (uma alusão às comissões que pessoas lotadas na embaixada cobravam para fazer negócios entre empresas estrangeiras e o nosso país). Se cada adido militar divulgasse o que soubesse, o País estaria incendiado".

Saravia não deu, contudo, o teor dos documentos em que denunciava a corrupção na embaixada. O general Adyr Fluzza de Castro, que na época era chefe do Centro de Informações do Exército, leu o relatório: "Tomei conhecimento de um telex que continha acusações ao embaixador Delfim Netto e a seus auxiliares pelo recebimento de propinas através de negócios feitos com banqueiros franceses". Por ter feito essas afirmações à im-



Etchegoyen e Fluzza: generais direitistas presos

prensa, o general Fluzza ficou preso os dias 28, 29 e manhã de 30 de setembro.

Outro militar que após na CPI, coronel Dickson Graef, afirmou que, segundo o relatório, o então embaixador Delfim era beneficiário de comissão em dólares, depositada em "conta azul numerada". E esclareceu que cópias do relatório existiam no Serviço Nacional de Informações (cujo chefe, à época, era o general Figueiredo, atual chefe do governo militar), no Itamaraty e no próprio Estado Maior do Exército.

"FALTA DE COMPOSTURA"

No dia 28 de setembro, numa palestra para 200 oficiais em Brasília, o general Newton Cruz afirmou que "as CPIs do Congresso só querem escândalos que provoquem a desestabilização do governo" (um irmão do general está sendo acusado no processo que apura a falência fraudulenta da Capemi, assunto de outra CPI), e criticou os militares que estavam depondo, considerando-os "infiltrados" e "incompetentes". O capitão Sérgio Etchegoyen imediatamente protestou: "Dá licença, o senhor está fazendo considerações grosseiras e agredindo a honra do meu pai" (general Leo Etchegoyen, que também vai depor na CPI). O general Cruz prendeu por oito



dias o capitão, e depois acrescentou mais 15 dias à punição.

No dia 1º de outubro, o general Etchegoyen declarou à imprensa: "Eu vejo este episódio como fruto da falta de postura e de compostura de quem dirigiu uma reunião em que havia cerca de 200 oficiais". Dia 4 o general foi preso, por seis dias, devido às suas declarações. O general Médici solidarizou-se com Etchegoyen, e o general Geisel retirou-se de uma cerimônia governamental em Porto Alegre (onde foi preso o general Etchegoyen) no momento em que era efetuada a prisão.

O governo Figueiredo, por sua vez, proibiu a divulgação do relatório Saravia e vetou, inclusive, sua entrega à CPI da Divisão Externa. Os generais Fluzza, Sebastião de Castro e Silvio Frota devem também depor na CPI e novidades podem aparecer. Um deputado-militar alarmou-se: "Estão partindo para colocar no banco dos réus elementos vitoriosos em 1964". Previsão de o deputado militar. Por enquanto a briga é entre os diferentes grupos militares, no momento em que se discute a sucessão de Figueiredo. O banco dos réus ainda está vazio. Mas a nação ansia vê-lo ocupado pelos que venderam a pátria por 30 dinheiros, e garrotearam e amordaçaram o país por já quase 20 anos.

Mazzarollo condenado a mais 3 anos de prisão

Na quarta-feira, dia 27, aguardava-se com ansiedade a libertação do jornalista Juvêncio Mazzarollo, condenado pela Lei de Segurança Nacional e que já cumpriu um ano de prisão por ter denunciado corrupção e apontado a necessidade do fim do regime militar num editorial do jornal paranaense Nosso Tempo. A Auditoria Militar de Curitiba chegou a expedir o alvará de soltura. Só que logo depois chegou a confirmação de que o Supremo Tribunal Militar aumentara a segunda condenação de Mazzarollo para mais três anos.



Mazzarollo: outra condenação

sificou agora no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional por "incitar a guerra ou a subversão", com base no qual foi ampliada a sua pena.

Os advogados de Juvêncio Mazzarollo, Wagner Donoelis, René Deotti e Heleno Fragozo já entraram com um pedido de recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal para a anulação dessa sentença arbitrária. E várias manifestações de solidariedade já foram feitas ao preso político, inclusive da parte do governador do Paraná, José Richa, que repudiou a nova condenação de Mazzarollo. (da sucursal).

Figueiredo demite mais um

As brigas intestinas na "Gang do Planalto" e a encarniçada disputa sucessória acabaram criando mais uma cabeça e mostrando o grau de isolamento e esfacelamento do governo militar. Na quarta-feira o general Figueiredo exonerou do cargo o seu secretário particular Heitor de Aquino. O atrito entre os dois é antigo. Desde a queda do general Golbery, Aquino vem desenvolvendo uma intensa campanha para destronar o ministro da Casa Civil, Leilton de Abreu, apelidado por ele de "dinossauro", o que irritou Figueiredo. Além disto o ex-secretário está metido na campanha presidencial de Maluf, hostilizada pelo presidente.

Com Aquino cai um dos símbolos do golpe militar de 1964. Um dos fundadores do SNI, ele sempre viveu à sombra do poder, sendo conhecido como "Sombriinha". Foi secretário

particular do presidente Geisel e estava envolvido em inúmeros negócios ilícitos, como o caso Jari. Sempre viveu das benesses do poder, chegando a residir na Granja do Riacho Fundo, antiga residência de verão dos chefes de governo.



Aquino: "Sombriinha" da Gang

Provocação contra Juruna não deu certo



Juruna foi ao Congresso acompanhado de xavantes, para defender seu direito de lutar.

Um governo que respeite o povo

A provocação contra o Congresso, no caso Juruna, serviu para mostrar que continus intentos o conteúdo prepotente e arbitrário do regime militar. Arrogantes, os generais que manobram o Executivo continuam pensando que a qualquer hora podem dar um berro e numa interferência direta no poder Legislativo, exigir por exemplo a cassação de um parlamentar.

Mas serviu também para mostrar a vertiginosa deterioração do governo e do próprio regime. Mesmo entre os militares, logo se levantou o general Andrada

Serpa para dizer que se tentarem insistir na ditadura, os governantes provocariam uma guerra civil.

Defender o Congresso nestas horas significa avançar na luta democrática e cortar as garras dos golpistas. Mas isto exige ao mesmo tempo ir mais longe e apontar para a necessidade de um novo governo, que respeite as conquistas democráticas e não se outorgue o direito de investir contra representantes eleitos, que não só podem mas devem denunciar os crimes cometidos seja lá por quem for, contra o povo e a nação.

Pataxós prometem lutar "até o último homem"

Pouco divulgado, o conflito entre os índios Pataxó Hä-Hä-Häs e os grileiros que tomaram suas terras, no sul da Bahia, esteve na origem da ameaça de cassação do deputado-cacique Mário Juruna. Foi num discurso denunciando a expulsão dos índios que Juruna fez as afirmações que os generais do governo Figueiredo não queriam engolir.

Em 1926 os índios receberam por lei uma área de 50 léguas quadradas — 218 mil hectares — nas terras de seus ancestrais. Porém em 1936 uma primeira invasão de fazendeiros reduziu esta área para 36 mil hectares. Na época os indígenas se rebelaram e houve até uma operação militar, comandada por um coronel, contra "a célula comunista do posto indígena Catarina Paraguaguá", conforme anunciou o governo. O rio Colônia, que corta a reserva, ficou vermelho, jorrou muito sangue", segundo o relato dos índios sobreviventes do episódio — que inspirou uma passagem do romance "Subterrâneos da Liberdade", de Jorge Amado.

Porém em 1976 o então governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, entregou títulos aos fazendeiros que tinham arrendado terras da reserva. Os indígenas ficaram confinados numa área da Fazenda São Lucas, com apenas 1.200 hectares. Revoltados, eles prometem lutar "até o último homem" —

como afirmam os caciques Nelson Saracura e Naiton Muniz, líderes dos dois grupos Pataxó.

CASAS INCENDIADAS

O grupo do cacique Naiton invadiu há duas semanas as fazendas Providência e Bem Jardim, no distrito de Jacareci, mas terminou removida de volta para a Fazenda São Lucas, por um forte aparato repressivo formado pela PM e a Polícia Federal. Foram estes os fatos denunciados por Mário Juruna no discurso que quase lhe custou o mandato.

No mesmo dia em que Juruna discursava em Brasília, a tensão aumentou na área da reserva. O fazendeiro Salvador Gomes Nerys, um dos donos da fazenda Providência, incendiou a casa da índia Elita Ferreira dos Santos, filha de outro chefe indígena, Samado Santos. Por sorte Elita, seu marido Vitorio e seus seis filhos estavam numa casa vizinha.

A situação se agrava devido as divergências que eclodiram entre os indígenas. Segundo a seção baiana da ANAI — Associação Nacional de Apoio ao Índio — elas são provocadas pela própria Funai, acusada de "interferir na organização do grupo, dividindo-o internamente e fomentando uma disputa de poder desonesta, na medida em que compra lideranças através de benefícios e concessões".

O veneno da divisão, instilado pelo órgão do governo, já levou até ao assassinato do cacique Edisio. O cacique Higino Muniz e seu irmão Sebastião Muniz estão presos há três meses, acusados do crime. Além disso, os índios divergem quanto à área de terra que devem retomar, um grupo, liderado por Naiton Muniz, exige a devolução dos 36 mil hectares da antiga reserva; o outro, sob a chefia de Nelson Saracura, defende o acordo proposto pela Funai, que prevê 6.500 hectares.

Mesmo Saracura, porém, está disposto a brigar e afirmou segunda-feira passada que não aguardará o julgamento do processo movido pela Funai: "Não dá mais para esperar, vamos invadir" — disse. O cacique concorda, também, que a Funai "está tentando jogar o índio contra o índio" e que a luta pela liderança dos Pataxó tem que ser resolvida entre os próprios índios. (Pedro Augusto Pereira, da sucursal).

Terminou como farsa a provocação montada pelo governo contra o Congresso Nacional, utilizando-se de um discurso do deputado-cacique Mário Juruna. Depois de grande tensão e ameaças trovejantes, o caso foi resolvido — pelo menos por ora — com um acerto em que a mesa da Câmara Federal fez uma censura por escrito a Juruna e os militares, mais desmoralizados, se dizem satisfeitos.

Na verdade o episódio tem um alcance muito maior do que a alegada "ofensa" às autoridades constituídas. O caso é que o governo atual já não é aceito por quase ninguém, está desmoralizado e isolado. Os escândalos de corrupção estouraram a cada dia. Neste clima, o discurso de Juruna, ao gritar a palavra ladrão, repercutiu nas fileiras governistas como se fosse uma raposa no galinheiro. Foi uma grita geral onde cada um mais alarmado que o outro sentiu a necessidade de calar este tipo de denúncia, que representa um risco enorme para quem tem "negócios" tão volumosos.

Mas não é só isto. Os estrategistas do Planalto estão acuados. O movimento de massas a cada dia toma maior vulto, apesar de ainda pouco organizado, o que força posições mais corajosas no Congresso Nacional como foi a derrota do decreto 2.024 e a promessa de repetir a dose com o 2.045. As hostes governistas estão implodindo, envolvidas em atritos cada vez mais agudos e na disputa feroz pela sucessão presidencial. A direita conspira abertamente e não descarta a possibilidade de afastar o próprio Figueiredo ou mantê-lo apenas formalmente governando ainda menos do que faz hoje, que já é quase nada. Por isto, o governo viu no discurso de Juruna a oportunidade para fazer uma provocação.

O objetivo era acelerar um confronto artificial, ameaçar com o golpe e impor aos deputados uma posição de submissão às ordens do Planalto. Mas o bote não deu certo. Já não basta bater com as botas no chão para todo mundo se amedrontar — embora sempre apareçam uns covardes. O Executivo está desmoralizado e o Legislativo, embora ainda seja marcado pelos anos de quase total impotência, já não repete tudo que lhe exigem. Até o PDS ousa desafiar seus patrões.

E o povo imediatamente manifestou sua solidariedade a Juruna. No Rio, os cinco mil participantes do ato contra o 2.045 gritaram com força: "Juruna tem razão, Delfim Netto é ladrão". O próprio Juruna afirmou: "Que defeito tem Juruna, o outro, roubou ou foi quem fez a dívida externa? Eu diz a verdade. Quem rouba terra de índio? É branco. Quem sobe o custo de vida? É branco. Quem rouba madeira? É branco".

Os arrogantes defensores da honra viram que não tinham condições de ir muito longe. Sentiram que a mesa pode virar ao contrário do que desejam. Não desistiram de seus projetos. Mas saíram chameusados da aventura. De qualquer forma o episódio jogou mais lenha na fogueira da crise política. E mostrou a urgência do povo se organizar e falar mais alto.



Montoro inaugura luz na Vila 1º de Outubro

Uma salva de palmas saudou o governador Montoro quando ele inaugurou a rede de água e a luz elétrica na Vila 1º de Outubro, em São Paulo. A vila estava toda enfeitada para comemorar o segundo aniversário da ocupação do terreno. Também estiveram presentes o vice-governador Orestes Quéricia, o prefeito Mário Covas, deputados, lideranças e o representante do PC do B.

No dia 1º de Outubro se comemorou com muita alegria o segundo aniversário da ocupação do terreno onde hoje moram 4500 pessoas, em 878 casas. O governador Franco Montoro, antes de inaugurar a luz elétrica e a rede de água, afirmou que "estas conquistas, acima de tudo, são fruto da união de todos vocês".

As pessoas simples da Vila 1º de Outubro fizeram questão de comemorar com uma grande festa aquela data. Várias faixas saudavam o governador e uma do PC do B saudava os moradores da vila. Até uma banda de música da PM foi tocar, na praça poenteira. Por volta das 11 horas da manhã cerca de 700 pessoas se aglomeravam em volta do pátio onde estavam as autoridades.

Elgito Boaventura, presidente da União dos Moradores da Vila 1º de Outubro e um dos líderes da ocupação das terras, foi um dos mais aplaudidos. "Para nós — disse — é motivo de satisfação a conquista da moradia, agora com água e luz".

Ao lado do governador, disse que "esta luta ainda não ter-

minou, mas estamos provando que o povo organiza do sempre conquista alguma coisa". Também falou o representante da Comissão Nacional pela Legalização do PC do Brasil, Ronald Freitas. "É com extrema alegria que voltamos a estar aqui com vocês — afirmou Freitas — porque sempre estivemos na sua luta no dia a dia". O deputado Aurélio Peres, que acompanhou de perto aquela luta, dando o seu apoio desde o primeiro dia da ocupação, ressaltou que "esta vila tem o cheiro do povo. Cada bloco tem o sangue e o suor de cada um de vocês".

EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

Pedro Gomes da Silva, pedreiro, deixou seu trabalho para vir a inauguração da água e luz. Com seu capacete vermelho na cabeça e as mãos ainda sujas de calçada, Pedro conta que há 17 de Outubro conseguiu o seu sonho: "é a primeira vez que eu tenho uma casa própria feita pelas minhas próprias mãos".

Eram 13 horas, quando o prefeito Mário Covas partiu o bolo — com uma casinha em cima — do 2º aniversário da Vila. O vereador do PMDB, Válder Feldmann, ressaltou que "o 1º de Outubro é uma experiência histórica de resistência e de coragem". Dona Dirce, uma das lideranças da Favela da Ponte Rasa, foi levar seu apoio e disse: "Esta luta não termina aqui, porque enquanto houver gente sem emprego, sem moradia, com fome, ela vai continuar".

Dois anos de luta

No dia 1º de outubro de 1981 cerca de 300 famílias ocuparam um terreno vazio no Jardim Robru, Zona Leste de São Paulo. As famílias ficaram apenas seis dias no local, quando foram expulsas por mais de 800 polícias. Já os moradores sem teto se dirigiram para um terreno próximo, onde hoje se encontra a Vila 1º de Outubro, dispostos a não mais sair do local. E foi com muita luta e persistência que conquistaram o direito a ter um lugar onde morar.

Elgito Boaventura esteve junto com aquelas famílias — a maioria de de-

semplegados — desde os primeiros momentos. Por isto foi preso e levado para o DOPS. Ele conta que a PM cercou novamente o local, mas ninguém saiu. Foram proibidos até de fazer ligações telefônicas nos aparelhos. Em pouco tempo começaram a ser levantadas as primeiras casas, feitas em mutirão. Os próprios moradores fizeram o traçado das ruas e dois dias depois havia reunião para discutir os seus problemas. Uma das primeiras medidas foi criar a União dos Moradores e graças a essa organização até hoje estão ali.

Lei da bala: pistoleiros matam seis na região cacauieira da Bahia

Nos municípios de Una e Canavieiras, na região cacauieira ao Sul da Bahia, foi instalada a lei da bala. Só neste ano seus posseiros foram assassinados pelos grileiros. Crianças são presas, velhos são espancados diante das mulheres e filhos. Os conflitos desde 1.977 já resultaram na morte de 25 posseiros por pistoleiros a soldo dos grandes fazendeiros.

Uma comitiva formada pelo deputado estadual Luís Nova, pela representante do Comitê de Anistia e Direitos Humanos, Diva Santana, pelo diretor da Unidade Sindical Sul da Bahia, Davidson Magalhães, e pela representante do diretório municipal do PMDB em Itabuna, Fátima Freire, constatou nos dias 1 e 2 deste mês a violência reinante na área.

O posseiro, Pedro Oliveira, de 60 anos, contou que o pistoleiro "Ze Isqueiro" tocou fogo em sua casa, arrancou sua plantação de mandioca e ainda perseguiu o seu filho. "Ze Isqueiro" — José Francisco do Nascimento — é gerente das fazendas do grileiro Abdala Habib, chefe dos pistoleiros em Canavieiras. Outros trabalhadores relataram que do ano passado para cá seis menores foram presos pela polícia e 18 posseiros tiveram suas posses destruídas, sendo também presos.



Em Una são 20 áreas de conflitos. Um dos grileiros, Sônia Aristeu Dias, é chefe do Cartório de Registro de Imóveis. E até o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um pelego, foi comprado pelos grileiros. A última vítima da grilagem nesta cidade foi Cassiano Valdomiro Lopes que resistiu e tombou varado pelas balas dos jagunços. Há pouco tempo atrás os grileiros se reuniram e marcaram para o dia 7 de setembro o assassinato de Carlos Alberto Evangelista

e Emerantina Costa e Silva, agentes da Pastoral da Terra da diocese de Itabuna, e de Onilton Oliveira, posseiro. O crime só não foi consumado porque casualmente um parente do posseiro soube do plano.

Mas de 100 posseiros de Canavieiras e 70 de Una reuniram-se com a comitiva e afirmaram que não acreditam mais nas providências das autoridades — desde o delegado até o governador. Disseram que não vão sair de suas terras e que vão resistir, confiando na própria força dos posseiros. Um deles disse ao nosso repórter que "esta situação não vai continuar por muito tempo, porque bala que mata pobre também mata rico".

O deputado Luís Nova afirmou aos posseiros que a terra é um direito deles mas que só conseguiram resistir se estiverem organizados. Defendeu a reforma agrária como único meio de garantir a terra para os trabalhadores do campo. Mostrou também que é necessário um novo governo pois o atual defende os grileiros. Basta ver que nenhuma providência foi tomada para deter a grilagem e nem mesmo os assassinatos foram apurados. (Luís Sérgio - sucursal)



O cacique Naiton: expulso pela PM e Polícia Federal

Terceira greve dos professores de Goiânia

Os professores da rede municipal de ensino de Goiânia, reunidos em assembleia no último dia 3, resolveram continuar a greve que iniciaram em 16 de setembro. Reivindicam pagamento dos vencimentos relativos ao mês de fevereiro e equiparação salarial com os professores do Estado. Esta já é a terceira greve dos professores goianos este ano. Nesta luta eles já conquistaram a aprovação do Estatuto do Magistério, que garantirá melhores condições de ensino e trabalho para a categoria.

A ameaça do prefeito Nion Albernaz de substituir os grevistas foi repudiada por todos os professores. E até a Secretária Municipal de Educação, Dalísia Doles, chegou a afirmar que se esta ameaça se concretizasse, ela estaria demissionária, junto com os funcionários.

Daniel Santos, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, opinou que "a greve dos professores é justa. Esta luta não é só dos professores mas também dos estudantes que querem melhor qualidade de ensino". (da sucursal).

Oposição para derubar pelego em Santa Luzia

Dia 13 de novembro será eleita a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, no Maranhão. A chapa 2, encabeçada por José Pedro e tendo como secretário Osvaldo da Conceição e como tesoureiro Raimundo Alves (Nonato), apresenta-se para acabar com a tração até hoje praticada pela velha diretoria. É composta por trabalhadores com sólida tradição de luta e por delegados sindicais que se destacaram por trabalho firme e honesto nos povoados.

O programa da chapa 2 indica a luta em defesa da terra, a ampliação da assistência médica, o direito à aposentadoria, assim como à assistência jurídica para os homens do campo, a organização e fortalecimento do Sindicato, a participação das mulheres no sindicato, a luta pela liberdade sindical e pela liberdade e pela democracia para o povo.

Rica experiência dos moradores de Nova Iguaçu

Em 1982, trabalhadores sem ter onde morar invadiram uma área de terra do Estado em Nova Iguaçu. Receberam muitas ameaças e foram reprimidos pela polícia, mas continuaram na terra. Formaram uma associação, com o nome de Mutirão Nova Aurora, que conta hoje com seis mil famílias inscritas. Mas até hoje apenas 500 tiveram terreno para construir suas casas. Esta organização passou a coordenar as lutas por melhorias, como saneamento e iluminação.

O Mutirão já promoveu vários atos públicos, como acampamento na prefeitura, e uma manifestação de mais de duas mil pessoas. Agora marcou uma grande assembleia para o dia 9 e promete fazer uma passeata até a Assembleia Legislativa se até esta data as reivindicações não forem atendidas. Esta luta do Mutirão Nova Aurora tem servido como experiência para outros movimentos desse gênero em Nova Iguaçu. (da sucursal).

Viração ganha eleição no DCE da UC da Bahia

Por 1268 votos de diferença, a chapa Viração venceu as eleições para o DCE da Universidade Católica de Salvador. Composta por pessoas representativas, ela foi apoiada pela diretoria anterior, que levou os universitários a importantes vitórias, como a linha de ônibus para o Campus, escritório modelo para a Faculdade de Direito, ginásio de esportes. A chapa Viração se destacou na luta que os estudantes travaram contra o aumento absurdo de 25% nas mensalidades e contra a intervenção do MEC. Diversas manifestações foram realizadas, inclusive com a ocupação da reitoria. Viração defendeu a unidade dos estudantes e o acatamento das decisões das assembleias. Ao contrário, a chapa oposição desconheceu a deliberação destas assembleias e a deliberação de boicote ao aumento das mensalidades, enfraquecendo o poder de pressão dos estudantes. (da sucursal).

Errata

Na edição passada, noticiamos equivocadamente que os cavaleiros de Pernambuco tinham sido derrotados na questão da manutenção da tabela de produção. Na verdade os grevistas foram vitoriosos nesta exigência e foi uma das vitórias mais importantes da luta.

Depois do êxito do movimento grevista, os patrões estão se apressando a pagar o reajuste de 100% do INPC, que foi conquistado pelos trabalhadores. A Fetape está convocando uma assembleia dos cavaleiros para discutir esta atitude dos usineiros.

Vitória total da Categoria Unida na APPD

A Associação dos Profissionais de Processamento de Dados de São Paulo — APPD — conta a partir deste mês com uma nova diretoria. Revelados os resultados da eleição, no último dia 30, a chapa "Categoria Unida", encabeçada por Assis Aderaldo, alcançou uma fulminante vitória, com 73% dos votos, contra 13% e 11% para as duas chapas concorrentes.

Este resultado traz o triunfo para a categoria, se em três questões principais: regulamentação da profissão, conquista do Sindicato e defesa dos interesses nacionais no setor.

A regulamentação da profissão de processador de dados, já aprovada na Câmara dos Deputados, deverá proximamente ser submetida ao Senado, e a APPD promete mobilizar a categoria para garantir sua aprovação. Quanto à criação do Sindicato, ganha importância não só devido ao grande número de profissionais da categoria em São Paulo mas também por se tratar de um setor de importância decisiva e crescente em toda a vida econômica e social. Por fim, a defesa dos interesses nacionais, inclusive a reserva de mercado para as indústrias brasileiras na área dos microcomputadores, está colocada na ordem do dia devido à ofensiva das multinacionais, seqüiosas de abocanhar este lucrativo setor.



Assis: agora é aplicar a plataforma

Truques do pelego para ganhar eleição nos eletricitários

Utilizando-se de lúbrimos mecanismos ilícitos, o atual presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Rogério Magri, conseguiu se reeleger no pleito realizado no último dia 26 em um sistema de roubo de votos. A chapa Oposição Eletrocitária obteve 4.300 votos, enquanto a de Magri ficou com 10.600.

"O Magri não contava com a formação de uma chapa oposicionista e fez de tudo para impedi-la. Mesmo assim nossa chapa foi formada e, apesar das debilidades e dificuldades, começou a ganhar espaço e respeito na categoria. Isto desesperou o Magri que fez uma campanha baseada em agressões e delações, taxando nossa chapa de ser do PC do B, etc", conta Josué Souza, encabeçador da Oposição Eletrocitária.

A partir da constatação de que perdiam terreno entre os 20 mil eletricitários, o astuto Magri preparou o plano para a fraude. Adiantou a eleição em 57 dias no interior, procurando evitar que o programa da oposição fosse conhecido, e a manipulação. Funcionários do Sindicato foram enviados a vários municípios para trazer os votos por correspondência em envelopes abertos, o que possibilita falcatruas. Estes truques lhe deram uma vantagem de 2.300 votos no interior e também muitos protestos.

Magri também inventou as "credençiais de voto", desrespeitando a própria legislação eleitoral que exige que para votar seja apresentada a carteira de sócio do Sindicato e que o nome esteja na listagem dos sindicalizados em dia com a entidade. "As credenciais foram distribuídas aos amigos da atual diretoria. Menores de idade, pessoas com menos de dois anos na categoria e até alguns que nunca foram associa-



Josué: atuar no Sindicato

dos receberam a tal credencial", garante o líder oposicionista.

Nas urnas onde sabia que ia perder, Magri atraiu a votação. Na Cesp-Beta as urnas só chegaram às 15:30 horas, sendo que o pessoal as aguardava de manhã. Apesar disto a chapa oposicionista foi vitoriosa. Em Santo Amaro mais da metade dos sindicalizados deixaram de votar devido ao atraso. Houve também um grande número de votos em separado, sem que fosse exigida documentação, o que possibilitou que uma pessoa votasse mais de uma vez. Depois, no dia da apuração, Magri tentou impedir que as fraudes tivessem testemunhas. Colocou quatro "gorilas" na porta do Sindicato impedindo a entrada dos ativistas.

"Destá vez nossa força ainda foi pequena para desmontar a máquina do Magri. Mas nós mostramos à categoria que existe uma oposição séria, preocupada em mobilizar e organizar a para lutar por nossos direitos. Perçamos a eleição, mas não esta perspectiva de luta", garante Josué. Ele conclui: "Faço questão de dizer que vamos continuar nossa luta dentro do Sindicato e dos locais de trabalho. Não vamos agir como movimento paralelo. Pressionaremos o Magri a assumir os compromissos com a classe, vamos fortalecer a nossa entidade".

3.600 metalúrgicos paralisam a Belgo

Às 23 horas do dia 3 de outubro os operários da Cia. Belgo-Mineira, de João Monlevade, cruzaram os braços, em greve por tempo indeterminado. Desde 12 de agosto os 3.600 operários da Belgo tentaram negociar com a empresa, através de seu Sindicato. Eles querem o reajuste pelo INPC integral, contra o 2.045, e esbarraram na intransigência patronal.

O acordo coletivo de trabalho venceu no dia 30 de setembro. A atitude dos diretores da empresa foi boicotar as insistentes tentativas do Sindicato de discutir as reivindicações. Só compareceram a uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho para, arrogantemente, des cumprir todos os compromissos que assumiram anteriormente com os trabalhadores. Sempre se negaram a atender às reivindicações e encerraram o processo com a declaração: "Não voltaremos mais a discutir com o Sindicato as reivindicações apresentadas pela categoria".

A principal reivindicação dos operários da Belgo é o reajuste salarial baseado no INPC, sem a aplicação do famigerado 2.045 "que faz mais 20% do nosso já arrocho do salário", comenta Leonardo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Os operários também exigem garantia no emprego por dois anos e a readmissão dos 213 operários despedidos durante o período de estabilidade conquistado no acordo atual.

Na assembleia a proposta de greve ganhou por 2.620 votos contra 55.

Diante da negativa da empresa em cumprir os acordos e até as próprias leis salariais, a resposta foi vigorosa. Em assembleias no dia 30 de setembro os operários decidiram entrar em greve até que suas reivindicações sejam atendidas. "Nós marcamos o dia 30 Dia Nacional de Luta Contra o Arrocho, com a nossa greve", disse um operário à TO. ESMAGADORA MAIORIA.

A assembleia contou com a presença de 2675 operários, sendo que apenas 55 supervisores votaram contra a paralisação. A maioria veio logo em seguida, com todos tipos de intimidação, desde as pessoais, através de alguns supervisores, que ameaçaram com demissão

sumária se os operários não executassem determinadas tarefas, até caríssimas propagandas divulgadas pela Rádio Globo local, de cinco em cinco minutos, dizendo "A greve é legal. A greve vai agravar a situação da empresa e consequentemente a sua segurança, pese suas consequências", etc.

Outro jogo sujo da empresa é a contratação de mão de obra temporária, em torno de 400 pessoas para "realizar tarefas de manutenção".

Mas os combativos operários de João Monlevade não se intimidaram e prometem: "Vamos até o fim. Se a companhia não nos atender, não ligamos as máquinas". (da sucursal)

Um Dia de Luta contra o arrocho salarial do governo

No último dia 30 os trabalhadores saíram às ruas em vários Estados do país para exigir a rejeição do decreto do arrocho, o 2.045, e a mudança radical da política econômica do governo militar. A palavra de ordem "Fora Figueiredo" foi repetida em todos os comícios, sendo muito aplaudida pelos populares que ansiavam por um novo governo.

Em São Paulo a manifestação na Praça da Sé reuniu mais de 5 mil pessoas. À tarde, numa operação que visava esvaziar o ato contra o 2.045, um grupo de provocadores criou um clima de baderna no centro da cidade, dando tiros para o alto, quebrando vitrines e gritando "olha o saque".

Vários comerciantes fecharam suas lojas antes do fim do expediente, dispensando seus funcionários, o que diminuiu o número de populares na região central da capital. A PM, que pouco fez contra os provocadores, tomou as áreas próximas à Sé, criando um clima de medo.

PRESENÇA DO PC DO B

Foram feitas várias caravanas para participar do ato. Mais de 40 ônibus trouxeram os metalúrgicos das principais fábricas. Do Embu, pequeno município da Grande São Paulo, vieram 13 ônibus lotados com 380 moradores, acompanhados do prefeito do PMDB, Nivaldo Orlando. A grande assesta na manifestação contra o arrocho foi a central sindical petista. A maioria dos Sindicatos que seguem sua orientação nem distribuíram convocatórias.



Mais de 5 mil populares participaram do ato na Sé, apesar da onda de provocações.

"Os culpados pela situação de fome e de desemprego é o regime militar e nós temos que colocar para correr o Figueiredo, o Delfim e sua corja", afirmou a desempregada Maria do Socorro, sendo bastante apoiada. Já o representante da UNE, Acilton de Mattos, enfatizou que "não tem mais conversa com os generais. Nós temos que colocar para fora". E o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos disse que "é necessário repetir a dose do dia 21 de julho. Cada fábrica deve preparar uma nova greve geral".

O PC do Brasil se fez presente na manifestação com inúmeras bandeiras. Quando o presidente do Sindicato dos Padeiros defendeu a liberdade para todos os partidos na clandestinidade milhares de populares gritaram: "1, 2, 3, 4, 5, mil, viva o Partido Comunista do Brasil".

Em Osasco mais de mil pessoas

reuniram-se no Largo da Estação e ouviram, entre outros, um operário falar em nome do PC do Brasil. Em Guarulhos os 500 populares que participaram do ato decidiram realizar assembleias por categorias e por bairro para preparar caravanas à Brasília para pressionar os parlamentares a rejeitarem o 2.045 "ou qualquer outro decreto de arrocho salarial".

"JURUNA TEM RAZÃO"

"Juruna tem razão. Delfim Netto é ladrão". Foi o refrão gritado por mais de 5 mil pessoas que participaram da passeata no Rio de Janeiro, marcando o Dia de Protesto. Tropas da PM, com equipamentos antimotins e policiais a paisana acompanharam a manifestação de perto. Convocada pela intersindical, associações de moradores, entidades democráticas e partidos de oposição. O ato de Pernambuco contou com 5 mil pessoas. A Polícia Federal interceptou na estrada três ônibus lotados por trabalhadores rurais. No Espírito Santo a forte chuva prejudicou a manifestação, que teve apenas 300 populares. O Diretório Regional do PT decidiu não participar do ato e intersindical, que tem hegemonia desta corrente, não simbolizando o enterro do ministro Delfim Netto, os cearenses fizeram uma passeata com mais de mil pessoas. Em Porto Alegre a divisão do movimento sindical também dificultou a convocação da manifestação, que contou com cerca de mil trabalhadores. A forte presença da PM, que ocupou todo o Campo Grande, em Salvador, impediu os mais de mil baianos de realizar uma passeata de protesto contra o arrocho salarial. (das sucursais)



Bandeira do PC do Brasil: presença marcante no ato contra o arrocho salarial.

"Não vamos morrer de fome por causa desse governo!"



No dia 28 de setembro o Jardim das Oliveiras (São Paulo) viveu o dia do saque. Cerca de 500 pessoas invadiram o supermercado RS, que fica na rua Manoel Lemos da Silva. Levaram vários mantimentos, como arroz, feijão, óleo, leite Ninho, etc.

Estas pessoas estão desempregadas, homens e mulheres. As crianças estão sem estudo. A causa de tudo isto é esse governo nosso. Enquanto eles estão comendo bem, o pobre desempregado está passando fome. Falam que São Paulo é maior que a crise. Na minha opinião, a crise é maior que o Brasil. Mulheres sendo detidas porque estão tentando matar sua fome, isto é um absurdo.

Nós vamos aumentar isso. Vamos reunir o bairro todo e não vamos morrer de fome por causa desse governo. Não vamos ficar parados. Vamos lutar enquanto não acabar a crise.

Nós não somos rebeldes. O governo é que nos está fazendo perder a cabeça. E vamos nessa. Não vamos fracassar. A crise é maior que o Brasil — e nós assimamos em baixo. (moradores do Jardim das Oliveiras, São Paulo, SP).

Os Jagunços do senador em ação no norte goiano

O senador bionico Benedito Vicente Ferreira, conhecido pela alcunha de Benedito Boa Sorte e presidente do PDS de Goiás, dirigiu as forças dos agricultores Francisco Américo Barbosa, José Ribamar Vicente e Valdemar Pereira da Silva, no município de Araguânia.

Os posseiros vivem nestas terras desde 21 de junho de 1965. Mas no dia 10 de setembro o senador griteiro chegou, armado de revólver, acompanhado de jagunços e peões portando armas de diversos calibres. Derrubaram 1.500 metros de cerca dos posseiros. O crime foi roubado pelos in-

vasores e, ainda por cima, os posseiros foram ameaçados de morte pelo gerente pistoleiro do senador.

Benedito tem um distrito marcado pela violência, assassinatos e desaparecimentos de peões. Segundo relato de trabalhadores, muitos peões vindos do Nordeste, sem família, recebiam a morte como pagamento depois de três ou quatro meses de trabalho na fazenda Leventina, de propriedade do senador bionico e seu irmão Ademir. Em 1972 este irmão expulsou cinco pacientes das terras que cultivavam desde a década de 50. Depois Ademir foi assassinado e o

próprio senador passou a perseguir os moradores da região do Groirão do Facho.

Estes foram os dois distritos que levaram Benedito Boa Sorte a construir uma das maiores fortunas do Norte Goiano. Esta fortuna só não é maior que o ódio que os trabalhadores da região nutrem pelo senador griteiro do PDS. Quando os posseiros tiveram suas terras invadidas, dia 10, não deram ouvidos às ameaças e procuraram o Sindicato, que tomará medidas para assegurar os direitos dos que habitam as posses. (um amigo da TO — Araguânia, Goiás).

Olá Osvaldão

— Olá Osvaldão! Ingresso atleta e guerrilheiro já deixou a sua guerra? Quanto de estudos quente no teu corpo está se aquecendo? O teu povo, guerrilheiro, motivo de tanta pertinácia e luta já, continua o mesmo escravo da fome e a miséria recrudescer. E a tua luta, Osvaldão! Quanto e quem casadamente retomará? (Goiamerico-Goiânia, GO)



Vereadores em bloco contra 2.045

A luta contra o decreto 2.045, que o regime procura aprovar para obter os empréstimos do FMI, é apoiada por toda a nação. O 2.045 é uma sujeira negociada, cujas conse-

quências recairão sobre os trabalhadores. Na Câmara Municipal de São Paulo, a quase unanimidade dos vereadores se posicionou contrária ao decreto

2.045. Pronunciamentos, debates e assembleias mobilizaram pela primeira vez o posicionamento publicamente contra o decreto.

O vereador Walter Feldman (PMDB) apresentou um requerimento propondo que a Câmara manifestasse sua posição através de uma faixa. A proposta foi aprovada por 30 vereadores. Apenas três vereadores não estavam presentes. Quatro vereadores do PDS votaram favoravelmente.

A repercussão da faixa tem sido enorme junto à população de São Paulo, que ficou assim sabendo do posicionamento de seus representantes.

(um funcionário da Câmara-São Paulo, SP).



Em Alagoa Grande o povo conseguiu mudar de polícia

O povo de Alagoa Grande (Paraíba) conquistou mais uma vitória: o deslocamento de todo o regimento policial que estava fazendo um verdadeiro terror na cidade. Toda pessoa que já tivesse passado pela delegacia e tivesse ficha lá — o batalhão intimava a pessoa, não importando o tempo em que o fato tivesse acontecido e mesmo que a pessoa já estivesse regenerada. Normalmente se encontrada na rua, ela era presa, algemada e levada para a cadeia, onde era submetida a todo tipo de tortura: desde o espancamento puro e simples até o telefone murros, pontapés, espancamento com cipó de boi. As sevícias eram impostas inclusive aos mais rudes e simples homens e mulheres do interior.

Isso vinha causando grande revolta da população da cidade, que procurava formas para a solução do problema. Nesse sentido o vereador Renato Galvão, do PMDB, que também é advogado, foi procurado por familiares dos presos para tentar a solução do problema.

Foi feita denúncia ao Comando da PM da Paraíba e ele não tomou as devidas providências. Foi então que o vereador tomou a iniciativa de convocar uma sessão especial da Câmara para discutir a questão e tomar as medidas necessárias. De todos os presentes, entre vereadores, representantes da comunidade e demais autoridades, a única que teve a coragem de defender os policiais arbitrários foi o juiz, que até o momento não havia sido visto pela população. Os restantes todos exigiram das autoridades a retirada imediata da corporação. Foi aprovado o requerimento e entregue às autoridades do Estado. E poucos dias depois os policiais foram removidos.

Com isto o povo de Alagoa Grande conquistou mais uma vitória contra a violência que vem imperando na cidade desde antes do assassinato de Margarida Maria Alves, a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores. (do correspondente Paraíba).

Multinacional derrotada por químicos de Suzano

Em fevereiro de 1983, no 106 da TO, na sessão Fala o Povo, foi publicada uma carta assinada pelo diretor do Sindicato dos Químicos de Suzano, Geraldo Pereira Filho, que denunciava a repressão que ocorria na Hoescht.

Baseando-se nessa carta a empresa suspendeu e processou o diretor do Sindicato, numa atitude julgada bastante injusta pelos operários da empresa e da categoria química. Estes sabiam que tal atitude tinha o objetivo de intimidar os trabalhadores e o seu Sindicato na defesa dos seus direitos e na luta contra o desemprego e a repressão.

Entretanto esse fato terminou por fortalecer a união dos trabalhadores. E isso tornou possível que o processo fosse julgado favorável ao diretor do Sindicato, derrotando a arbitrariedade da empresa.

Entretanto, a luta ainda continua, pois o diretor sindical Geraldo Pereira Filho continua afastado do trabalho. A empresa recorreu da decisão judicial e portanto o processo ainda está em andamento.

Sabe-se que somente a união de toda a categoria química, junto ao seu Sindicato, é que poderá conquistar a vitória definitiva. (do correspondente Suzano-São Paulo).

Vereador do PDS trata o povo a tiros e pontapés

O vereador pelo PDS em Coroaí Roberto Antonio de Castro vem abusando do poder. Há poucos dias pegou um pobre segurado do INAMPS dentro da agência de Coroaí e o espancou a soco e pontapé. O segurado é um débil mental. Dr. Roberto é o único perito que faz as atividades nos serviços de perícias no setor urbano e rural. Não gosta de atender o segurado do setor rural. Vem no dia que quer e ninguém pode dizer nada, o homem é uma fera.

Ele já vem brigando com todos os médicos da cidade. Há poucos dias, para provar melhor a sua ignorância, agrediu brutalmente o médico dr. Diniz.

Isso aconteceu por causa de que o dr. Diniz cortou o ponto do citado médico, dr. Roberto. O referido ignorante, dr. vereador do PDS, tem o apoio do deputado Vitor Trolvão e do deputado estadual do PDS, Ricardo Murad, os dois do PDS.

Recentemente, no dia 7 de setembro, o médico baderneiro e vereador do PDS, em plena rua, sacou do seu revólver no meio da multidão, na Praça José Sarney, detendo seis tiros. Significa dizer que enquanto o bom brasileiro se preocupa em festejar essa grande data, o dito vereador arremessa balas no meio do povo. (A.L.A. Coroaí, Maranhão).

Assembleia capixaba parabeniza a Tribuna

Senhores, Apraz-nos levar ao conhecimento de V. Sas. que esta Assembleia Legislativa aprovou o Requerimento de autoria do ilustre parlamentar Josmar Pereira, de um voto de congratulações com o povo brasileiro e, em particular, com a classe operária de São Paulo de Itapemirim, pela inauguração da sucursal cachoeirense do jornal Tribuna Operária.

As pressões que todos estamos sofrendo não abaiam o nosso ideal, que é unicamente o de lutar, não sozinhos mas unidos. Juntos seremos como o um mais um que é sempre mais do que dois.



Fala o POVO

Chamamos atenção para a séria advertência que nossos leitores do Jardim das Oliveiras fazem aos poderosos deste país: "Não vamos morrer de fome por causa desse governo". Esse sentimento, que hoje explode em tantos saques espontâneos, dá bem a medida de como a paciência do povo está a pique de acabar. Os moradores daquele sofrido bairro operário da periferia Leste de São Paulo dizem: "Não somos rebeldes. O governo é que nos está fazendo perder a cabeça". Um conselho a eles: não percam a cabeça, companheiros; usem-na! Hoje, mais do que nunca, com a crise, o desemprego, a fome, e hora da nossa classe usar a cabeça e atuar com a decisão de quem sabe o que quer.

Operário da CMTC não é escravo, senhor Edivelto!

A CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo) escraviza empregados. Começou em alguns setores, em julho de 1983, com a chefia pressionando os empregados transferindo, mandando embora, mudando o horário de trabalho e reduzindo assim o salário, sem nenhuma explicação.

Os empregados que restam são constantemente ameaçados. O sr. Edivelto Iadeu Mendes, responsável das garagens de trólebus, fala aos funcionários que se qualquer acidente ocorrer com o veículo, não importa como, o trabalhador será mandado embora. O sr. Edivelto também ameaça todos os que trabalham com escravos, e procuramos se amparar estando ou não empregados. Foco à diretoria da CMTC e às autoridades competentes que sejam humanos, porque os empregados não são escravos. A CMTC tem oligarquia. E o sr. Edivelto é um carrasco. (colaborador, operário da CMTC, garagem de Trólebus do Baur-São Paulo, SP).

Garanhuns enche a avenida para combater o 2.045

Foi realizado em Garanhuns no dia 23 um ato público contra a aprovação do decreto 2.045, com a participação de cerca de 3 mil pessoas. A av. Santo Antonio, a principal da cidade, ficou repleta de trabalhadores.

A convocação foi dos sindicatos urbanos e rurais de Garanhuns e cidades vizinhas, da Fetape, Igreja, PMDB e PT. Apesar da convocação ter sido deficitária, a participação foi boa. Os moradores do bairro de Heliópolis fizeram dois bonecos gigantes, um representando a Fome e outro o Salário Mínimo, e saíram em passeata até o local do ato, gritando palavras de ordem: "Abaixo o desemprego, o povo não tem medo"; "Menino, mulher e homem, todos contra a fome" e outros.

Dos oradores, os mais aplaudidos foram os que exigiram a mudança do governo. Pedro Hugo, presidente do PMDB, disse que "para mudar essa situação não basta apenas demitir Delfim e Langoni, é preciso acabar com todo o governo e construir um novo". (correspondente em Garanhuns, Pernambuco).

Havendo união, um mais um sempre dá mais que dois

As pressões que todos estamos sofrendo não abaiam o nosso ideal, que é unicamente o de lutar, não sozinhos mas unidos. Juntos seremos como o um mais um que é sempre mais do que dois. Devo dizer que não somos poucos, somos milhões. A maioria é quem deve decidir, porém se ela quiser permanecer a minoria esta decidirá sempre, sem escrúpulo algum. (M.M.V. Marcelo, Alagoas).



Falam os saqueadores

Na Zona Leste, campeã de pobreza e de saques de São Paulo, fica a favela do Jardim Robru. Estive lá e conversei longamente com os saqueadores. Tomei até um cafezinho, com pó e café saqueados. Aqueles pais e mães de família — na maioria sem emprego — me explicaram como e porque saqueiam. Eles resolveram que seus filhos não podem mais passar fome.

A casa era muito pequena para acomodar os 13 entrevistados, mais as inúmeras crianças, que também participaram dos saques. Era com certo orgulho que eles comentavam como fizeram para se livrar da fome. A maioria era de mulheres, só duas delas com marido empregado. Uma destas, dizendo que o esposo é metalúrgico mas ganha uma mixaria, comenta: "Eu estava passando fome; e agora não passo mais".

Desempregado e fome é o que mais se vê na favela. E todos fazem questão de mostrar o produto dos ataques: arroz, feijão, latas de óleo, leite em pó. Uma mãe de sete filhos explica: "Estávamos passando fome. Não tinha dinheiro para comprar leite. Fazia chá de ervas para dar para as crianças". Seu marido, ao lado, diz que "dava vontade de chorar quando as crianças pediam comida e eu não podia dar".

"Eu e meu marido estamos desempregados — conta outra. — Ai saqueamos. Agora eu preciso saquear um bujão de gás, porque agora nós temos comida mas não temos o bujão".

No primeiro 100, no segundo 500...

Ao que parece, a idéia surgiu a partir dos saques na região de Santo Amaro, em abril. "A gente estava procurando uma solução para enfrentar a fome e eles nos deram". Quando saiu na televisão a notícia de novos saques, em setembro, diz uma das mulheres, "ai começamos a nos reunir". No início os maridos não queriam que as mulheres participassem, mas depois viraram as panelas cheias e mudaram de idéia. Uma favelada relata: "No primeiro dia o meu marido quis me

dar um cacete; mas no segundo dia ele foi junto". Foram feitos três saques no Jardim Robru. O primeiro foi no supermercado Kadeara, com cerca de cem participantes. O seguinte foi no supermercado Confiança e, segundo os moradores, "o pessoal já tinha mais prática". E havia aumentado também, para umas 500 pessoas. Um vigilante apontou o revólver para um deles, mas não ousou atirar e, com medo, ofereceu a arma ao saqueador. Este, um rapaz, disse que queria pegar era arroz e feijão, não armas. Já no terceiro saque, dia 1º de outubro, no supermercado Mil, contam que "houve muito chumbo, foram detonados mais de cem tiros". Os famintos responderam com pedras e estilingues.

"Não resolve, só quebra o galho"

As famílias ficavam de alerta em seus barracos: "A gente via as pessoas passando com as sacolas, então já sabia que era a hora de ir". No caminho lá, juntando gente, não só da favela, mas de todo o bairro, onde todos são gente pobre e acatada pelo desemprego. Inclusive a vizinhança dos supermercados atacados.

Conforme a entrevista esquentada, cada um, entusiasmado, quer contar um lance dos saques. Dizem que houve até uma "baratinha" da Polícia Militar que passou por onde havia um saque e saiu cheia de mantimentos. Uma dona de casa conta: "Um motorista que estava recolhendo o ônibus na garagem parou o carro e tomou a caixa que estava comigo e foi embora".

A tática é a da surpresa: quando a porta do supermercado é arrombada, o negócio é pegar as coisas o mais rá-



"Café saqueado é mais gostoso", garantiu a dona da casa ao nosso repórter, quando servia a todos os entrevistados, retomando um velho hábito há muito deixado de lado nos bairros operários da periferia; ao lado, produtos do último ataque: arroz, feijão, leite, sabão, óleo, bolacha...

ápido possível e correr. Um pai de família comenta seu pensamento ao ver toda aquela mercadoria: "Amanhã vou ter a barriga cheia". Mas uma jovem mãe faz questão de explicar: "Aqui a gente não pode só para si. Quem não pega só para si, a gente dá. As senhoras de idade, que não podem correr, depois a gente arruma comida para elas".

Há um certo espírito de Robin Hood nos entrevistados.

Contam que depois do primeiro saque "foi uma festa, todo mundo comentava e quem não foi perguntava quando ia ter outro saque; quem ficou mais alegre foram as crianças". Quando uma mãe fala que "as crianças vão junto, mas elas querem é balas", outra cita logo com orgulho o caso de um menino de dez anos que participou do ataque e trouxe uma panela de pressão para sua mãe.

Um desempregado é incisivo: "De hoje em diante nós não vamos passar mais fome". Outro acrescenta: "O dia que oferecerem emprego para a gente nós não precisamos saquear. Mas a gente tem certeza também que se for aprovado o 2.045 vai aumentar muito os saques".

A partir daí a discussão toma outro rumo: "O saque não resolve, só quebra o galho. É preciso uma so-

lução contra a miséria" — fala um motorista demitido. Outro comenta: "Nós vamos fazer é como na Nicarágua".

"Tendo emprego não tem saque"

O Jardim Robru fica em São Miguel Paulista, na ex-

tremidade leste de São Paulo — a região mais pobre da cidade e também a mais atingida pelos saques. Mas os ataques a supermercados já somam 65 na capital paulista desde o último dia 19. Contando também os do Rio de Janeiro, chegam quase a 200. E passaram para outros Estados, como o Espírito Santo: ali já houve três saques, no morro do Quadro, em Serra e no bairro de Itaenga, na Grande Vitória, onde cem populares famintos não vacilaram em saquear um caminhão carregado de ossos e restos de comida.

A guerra contra os esfomeados

A preocupação dos donos do poder com o fenômeno é visível. Terra-feira o general Figueiredo baixou um decreto aumentando o controle do Exército sobre as Polícias Militares, que poderão passar automaticamente a obedecer do comandante militar da área, no caso de "perturbação da ordem", sem que o governador do Estado seja sequer informado. Ao invés de saciar a fome do povo, os militares investem contra os famintos. Em São Paulo, até dois helicópteros estão mobilizados para policiar a periferia, como em tempos de guerra.

Algumas autoridades afirmam que movimentos políticos estão organizando os ataques. Mas até o delegado geral de polícia do Estado de São Paulo, após visitar diversas delegacias, confirmou: "Falei com os saqueadores; constatei que quando não agem porque estão com fome o fazem pelo estado de miserabilidade".

"A gente vai atirar também"

Os comerciantes das Zonas Leste e Sul de São Paulo fortificam seus estabelecimentos, contratam Winchester e carabinas. Várias pessoas já foram feridas a bala. O povo tem reagido a pedradas. As mulheres do Jardim Robru, mesmo preocupadas com os tropeiros, dizem estar dispostas a tudo para conseguir alimentos para seus filhos. Uma mãe, com seu filho de seis meses no colo, diz: "Se eles matarem alguém vai ser pior. E se nós tiver armas a gente vai atirar também". (Domingos Abreu)

Escalada repressiva contra a TO

As prisões arbitrárias que se abateram sobre a favela Vila do Vintém (ver TO nº 138) se transformaram numa escalada repressiva como não se via há anos no Rio de Janeiro — executada pelo Departamento de Investigações Especiais (DIE) do governo Brizola. O alvo da perseguição é a Tribuna Operária, acusada de incitar saques de supermercados.

Já foram realizadas quatro prisões, inteiramente ilegais segundo a Ordem dos Advogados do Brasil; cinco domicílios foram invadidos e DIE e cerca de 20 pessoas intimadas a depor. A única "prova" apresentada pela polícia é a entrevista, publicada na edição 136 da TO, com moradores da Vila do Vintém que assumiram a responsabilidade pelo primeiro saque ocorrido no Rio — devido à fome.

Tanto a OAB-RJ como o recém-criado Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos do governo estadual, puderam constatar uma série de violações de direitos básicos na ação do DIE. Em primeiro lugar, é patente a ilegalidade das prisões. Além disso, os advogados da OAB tiveram vedado o acesso aos



Esta edição é "prova" que a polícia agita para reprimir.

prestos até quase 48 horas após as prisões. Há evidências de que as residências foram arrombadas e invadidas ilegalmente. E já surgem os primeiros testemunhos de maus tratos físicos: Plínio Alves da Cruz, morador da favela, preso dia 26, denunciou ter sido colocado numa sala do DIE e obrigado a pular, de cócoras, na frente dos policiais.

Tudo indica que a iniciativa de transformar a TO em bode expiatório dos saques parte dos mesmos velhos inimigos da liberdade de imprensa e responsáveis pela miséria do povo brasileiro. Até parece que quem comanda as operações é a

Polícia Federal e não o governo carioca. No entanto, no alto escalão do governo Brizola a postura tem sido no mínimo de omissão e conivência. E persiste a intimação, com rondas policiais constantes na favela e telefonemas seguidos do DIE.

No interior do próprio governo estadual e do PDT se levantam os protestos contra a ação do DIE. Em particular o deputado socialista José Freijah desistiu de sua denúncia dos ataques à liberdade de imprensa e à Tribuna, Brizola, porém, parece estar tratando de achar o "culpado" que mais interesse ao regime militar (da sucursal).

A opinião pública contra o DIE

A ação repressiva contra a Tribuna e os favelados do Vintém causou forte repercussão e repulsa no Rio. Na manifestação de 30 de setembro três oradores — representando o PT, o PMDB e a Intersindical — se solidarizaram com o jornal e foi lida uma nota de denúncia da TO.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, declarou terça-feira ao chefe da sucursal carioca do jornal que considera a acusação do DIE totalmente infundada. "O verdadeiro agitador — disse — está contido dentro do estômago do povo, condenado à fome e à miséria pelo atual quadro econômico do país". O presidente da ABI prometeu enviar imediatamente uma carta ao governador Leonel Brizola exigindo o fim desse ataque à liberdade de imprensa.

A diretoria da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro) emitiu uma nota de condenação da ação repressiva e solidariedade à TO. Já o presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio, Geraldo Cândido da Silva, divulgou uma enérgica nota repetindo "a repressão que se abate sobre este órgão



Barbosa Lima, carta e Brizola

de imprensa que sempre esteve voltado para a luta da classe trabalhadora". Também o Conselho de Representantes da Associação Nacional de Médicos Residentes, reunido no Rio, pronunciou-se, afirmando: "Tais arbitrariedades têm como cerne atingir a liberdade de imprensa e encobrir os reais responsáveis pelas manifestações de insatisfação popular, que são a fome e o desemprego, frutos da política econômica e social do governo federal".

A Comissão Executiva do PMDB carioca, por sua vez, considera que o governador está "permitindo ou incentivando a montagem de uma farsa político-policial".

O CONSELHO EXAMINARA

Por uma coincidência feliz, a escalada repressiva ocorreu às vésperas da inauguração do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Embora ligado ao governo estadual, o Conselho já em sua sessão solene de abertura foi forçado a decidir-se pelo exame do episódio da perseguição à Tribuna Operária, que será analisado e julgado na próxima segunda-feira, 10 de outubro.